

ATA N.º 01/2026

**REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL CELEBRADA**  
**EM 12 DE JANEIRO DE 2026**

No dia 12 de janeiro de 2026, no edifício dos Paços do Concelho, pelas catorze horas e quinze minutos, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, estando presente os seguintes membros:

- **Partido Socialista (PS):** Sr. Presidente, José Manuel Paulo Trincão Marques, Srs. Vereadores, Elvira Maria Machado da Cruz Sequeira e Francisco Fernandes Dinis;
- **Coligação AD - Tempo de Avançar! (PPD/PSD - CDS/PP):** Srs. Vereadores, Tiago Ribeiro de Carvalho Ferreira, Maria Emilia Sénica Pereira de Leão e António Pedro Santos de Abreu;
- **CHEGA:** Sr. Vereador, José Fernando Cardoso Carola.

O Sr. Presidente da Câmara declarou aberta a reunião para a qual foi estabelecida a seguinte Ordem do Dia: -----

**ASSUNTOS CONSTANTES DA ORDEM DO DIA**

| **APOIO AOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS**

1. Apreciação e votação das atas das reuniões anteriores

| **PRESIDÊNCIA**

2. Proposta de Designação de Encarregado de Proteção de Dados
3. Proposta de Delegação de Competências - Declaração Compatibilidade SIR
4. Proposta de Delegação de Competências - Ascensores
5. Confraria das Couves com Feijões de Carvalhal da Aroeira - Pedido de utilização da Alcaidaria e isenção de pagamento de taxa para a VII Tertúlia Literária do Castelo

| **DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO**

6. Constituição de Fundos de Maneio de 2026
7. Constituição de Fundos Fixos de Caixa de 2026 - ratificação de despacho

| **DIVISÃO DE TEATRO E EVENTOS**

8. Agrupamento de Escolas Artur Gonçalves: cedência gratuita do Teatro Virgínia
9. Feira Anual de São Gregório 2026 - Proposta de normas de funcionamento
10. Torres Novas Toastmasters - pedido de isenção de taxas de utilização da Black Box da Central do Caldeirão
11. União Desportiva e Recreativa da Zona Alta: pedido de cedência gratuita do Teatro Virgínia

| **DEPARTAMENTO DE INTERVENÇÃO TERRITORIAL**

12. Empreitada - “Beneficiação da rede viária municipal” - prorrogação legal do prazo
13. Empreitada - C.E. de Sta. Maria - Remodelação e Ampliação da Escola Básica EB1 Fase 2 - Aprovação da 4.ª Prorrogação da data da Consignação e da nova implantação dos contentores provisórios

14. Pedido de cancelamento de concessão do Mercado Grossista Não Alimentar - Ganga Azul - Comércio de Confecções, Lda.

15. Pedido de cancelamento de concessão do Mercado Retalhista Não Alimentar - Maria Natália Pereira Reis

16. Pedido de cancelamento de concessão do Mercado Retalhista Alimentar - Fernando Álvaro Rodrigues Moleiro

| **DEPARTAMENTO DE URBANISMO**

17. João Carlos Assunção Freitas Santos - concessão de licença especial para a conclusão de obra.

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

A Sra. Vereadora Maria de Leão fez a seguinte intervenção:

“No espírito construtivo que caracteriza a atuação da Coligação AD - Tempo de Avançar, trago hoje alguns apontamentos relativos a temas que impactam diretamente na vivência urbana, na imagem da cidade, no comércio local, no património, no espaço público e no bem-estar animal e na saúde pública.

- Ponto 1 - Iluminação de Natal e imagem urbana

Começo por felicitar o Executivo pela iluminação de Natal colocada em pontos estratégicos da cidade, nomeadamente na avenida, no viaduto e, de forma muito especial, no Castelo de Torres Novas, que foi amplamente apreciado pelos cidadãos.

Contudo, importa sublinhar que o Castelo, enquanto *ex libris* da cidade e ícone identitário do Concelho, deveria estar iluminado durante todo o ano no período noturno, recorrendo, por exemplo, a energias renováveis. Seria um excelente cartão de visita e um forte elemento de valorização turística e simbólica para quem vive e visita Torres Novas.

Por outro lado, consideramos que alguma da iluminação natalícia deveria ser revista, uma vez que aparentou ter sido colocada de forma algo aleatória e sem critério estético ou estratégico, não acrescentando valor à quadra natalícia.

Foi ainda pouco adequado, na nossa opinião, a substituição da típica e tradicional árvore de Natal na rotunda de entrada e saída da A23, junto à Avenida Andrade Corvo e Rua da Várzea, por um boneco de neve excessivamente infantilizado, que em nada significa a entrada da cidade.

Entendemos que a iluminação de Natal deve potenciar grandemente a área comercial, atrair pessoas para as ruas, dar-lhes vida e fomentar o comércio local, o que nem sempre se verificou.

- Ponto 2 - Mercadito de Natal, mobilidade e comércio local

Valorizamos a realização do Mercadito de Natal, que se afirmou como um ponto de atração e visita nesta quadra festiva.

No entanto, quem se deslocou de automóvel e tentou estacionar no Largo e Canto do Quinchoso viu-se, mais uma vez, obrigado a evitar o verdadeiro “tiro ao alvo” ou “jogo do berlinde”,

devido ao estado deplorável das Ruas Direita de São Pedro e da Trindade, repletas de buracos de grandes dimensões.

Esta situação deixou uma imagem muito negativa do cuidado prestado pela Autarquia ao Bairro de São Pedro, sendo já a terceira vez que tenho oportunidade de referir este problema nestas reuniões. Saliento que apenas no dia 18 de dezembro de 2025 (quinta-feira), uma equipa da Câmara procedeu a remendos cirúrgicos para tapar alguns buracos, solução claramente provisória e insuficiente.

Aproveito ainda, terminando este ponto, para referir que a adesão dos municípios aos vales de incentivo ao comércio local, que é de resto uma iniciativa continuada, é excelente, pertinente e acertada e por esse motivo se deve perpetuar.

- Ponto 3 - Espaço envolvente dos Paços do Concelho

Deixo também um breve apontamento relativamente ao desleixo em que se encontram os cedros e outras árvores que ladeiam a escadaria da entrada principal dos Paços Novos do Concelho.

Este espaço institucional deve apresentar-se limpo, leve e airoso.

As árvores devem, naturalmente, manter-se, mas devidamente cuidadas e tratadas, em consonância com a dignidade do edifício e da função que representa.

- Ponto 4 - Animais errantes, bem-estar animal e saúde pública

Por último, gostaríamos de conhecer a visão do Senhor Presidente relativamente à problemática dos animais errantes, que vagueiam pelas ruas da cidade e também na localidade de Árgea, sugerindo-lhe a observação do lavadouro de Árgea.

Consideramos pouco correto que existam animais na via pública a serem alimentados de forma desregulada. Os animais merecem respeito, dignidade e cuidados adequados, devendo ser elegíveis para adoção, devidamente acompanhados e esterilizados, de modo a evitar pragas no espaço público, que se propagam também aos espaços privados.

Atualmente, é visível a presença de ratazanas de grandes dimensões e de baratas a alimentarem-se nos recipientes deixados para gatos, o que configura um grave problema de saúde pública.

Importa reafirmar que alimentar animais na rua não é sinónimo de bem-estar animal; pelo contrário, constitui uma prática que infringe a lei e agrava o problema.

Assim, questiono:

Qual é, afinal, a política da Câmara Municipal para resolver o problema dos animais errantes na cidade e nas localidades do Concelho?

- Conclusão

Estes são contributos feitos com sentido de responsabilidade, preocupação com a qualidade de vida dos municípios e respeito pelo futuro da nossa cidade.”

O Sr. Presidente declarou estar de acordo com os pontos apresentados, referindo já haver soluções para alguns dos assuntos abordados.

No que concerne à iluminação de Natal e imagem urbana, referiu que logo após a tomada de posse houve que decidir rapidamente o que fazer considerando que, apesar de ter aspectos a melhorar, a iluminação de Natal ficou digna.

Sobre a iluminação permanente do Castelo, informou que a solução definitiva é que o castelo fique iluminado todas as noites, com uma iluminação moderna e digna, porque é um dos ex-libris da cidade e do concelho, sendo uma das obras propostas para aprovação no próximo Orçamento, juntamente com as obras de consolidação da muralha, dos passeios pedonais à volta do castelo e com a obra das escadinhas entre a Praça dos Claras e a base da muralha do Castelo, faz parte de um projeto que será incluído

Relativamente à questão do mercadinho de Natal e da área envolvente, informou que será uma das prioridades deste ano, encontrando-se prevista em Orçamento a requalificação do Bairro de S. Pedro, sendo uma zona que está muito degradada é uma preocupação para todos, e será uma obra importante para o centro histórico de Torres Novas.

Quanto ao espaço envolvente dos Paços do Concelho, considerou que tem de ser melhorado, tendo já reunido com os Serviços no sentido de ser feito um estudo para a requalificação e embelezamento do mesmo.

Sobre a questão dos animais errantes, o Sr. Presidente informou que já reuniu com os serviços veterinários para tratar o assunto de uma forma digna e respeitadora.

O **Sr. Vereador Francisco Dinis** referiu a edição 2025 da corrida de São Silvestre, agradecendo a participação aos vários atletas, clubes, população e entidades que colaboraram com os Serviços. Agradeceu também a atuação da Polícia de Segurança Pública pelo excelente trabalho durante os acontecimentos que antecederam o jogo realizado no estádio dos Riachos, acontecimentos esses que merecem o repúdio de todos.

O **Sr. Vereador Tiago Ferreira** fez a seguinte intervenção:

"A gestão de uma câmara municipal deve assentar em prioridades claras e alinhadas com as reais necessidades da população.

Em Torres Novas, infelizmente, o PS parece ter escolhido um caminho diferente.

Em campanha o candidato do PS, afirmou que a sua prioridade era simplificar e agilizar o urbanismo.

Num concelho onde os problemas estruturais se acumulam, a grande prioridade anunciada foi a plantação de uma palmeira na Praça 5 de Outubro. Simbólica diria, a única simbologia que encontro nela é a de uma espécie de enterro de um machado de guerra. E para bom entendedor meia palavra serve. Ou como Miguel de Cervantes (1547-1616), em "Dom Quixote", diria, "a buen entendedor, breve hablador".

Nada tenho contra árvores, bem pelo contrário, a aposta deveria ser plantar um verdadeiro sumidouro de CO<sub>2</sub>.

O que está em causa é a simbologia das prioridades.

Enquanto se discute na praça pública, a palmeira, há dezenas de torrejanos que tropeçam diariamente em passeios degradados, mal limpos e escorregadios sendo mesmo perigosos. Há equipamentos escolares a necessitar de melhorias urgentes e escolas onde faltam auxiliares para garantir condições mínimas de funcionamento e de segurança, dezenas de lugares e aldeias sem saneamento básico.

Há também problemas graves de trânsito, vias bloqueadas por cidadãos e estacionamento desregulado por resolver. Há ainda um urbanismo lento, a necessitar de ser potenciado, e um serviço municipal ao cidadão que continua a falhar nos prazos e nas respostas e sem esquecer que há um novo PDM que precisa de entrar em vigor e cuja responsável foi “despedida” ficando o planeamento a navegar à vista.

E há algo que me deixa realmente estupefacto que é ouvir repetidamente o atual presidente afirmar que “não conhecia” o Orçamento Municipal e como tal teve que estar no gabinete a inteirar-se provavelmente de quantos milhões já perdemos dos quadros comunitários?

Essa afirmação é infelizmente, e mais precisamente por ter sido dita em frente a um conjunto de funcionárias que precisamos de envolver e motivar, não de arranjar desculpas.

Então não foi durante 10 anos presidente e 20 anos membro da Assembleia Municipal tendo votado favoravelmente pelo menos 20 orçamentos municipais. Ou conhecia, e aprovou, ou não conhecia, e aprovou na mesma. Qualquer das hipóteses é politicamente grave.

A minha e nossa prioridade não é uma palmeira. A nossa prioridade é um espaço público digno e seguro, onde se possa andar sem cair; é uma política séria de mobilidade; são escolas com melhores condições físicas e humanas; é haver lugares em creches para as crianças, habitação e emprego para jovens e camas vagas em lares para aqueles que trabalharam uma vida inteira. É um concelho coeso entre a cidade e as aldeias e apoiar verdadeiramente as freguesias e as suas coletividades, é o saneamento básico nos lugares e nas aldeias.

É uma autarquia que funcione com eficiência, rigor e respeito pelos cidadãos; é um urbanismo que responda em tempo útil e sirva o desenvolvimento do concelho, e não a sua estagnação.

Como líder da oposição, continuarei a lutar para que os torrejanos tenham serviços municipais de elevada qualidade, respostas em tempo útil e uma câmara municipal focada no que realmente importa: as pessoas.

Torres Novas merece mais do que obras simbólicas e discursos de desculpabilização.

Merece uma governação responsável, competente e à altura dos seus desafios e teremos oportunidade de ver as respostas que serão dadas na próxima discussão do OM para 2026.”

**O Sr. Presidente** prestou os devidos esclarecimentos sublinhando que, em termos de Orçamento, a educação e a habitação são duas das prioridades máximas em termos de investimento, e que estão inventariados muitos dos problemas referidos. Identificou algumas das prioridades mais prementes, que estão a ser planeadas e trabalhadas as soluções para as mesmas, tal como a questão da revisão do PDM, um dos pontos fundamentais que pretende concluir rapidamente.

**A Sra. Vereadora Elvira Sequeira** identificou como tema principal, na reunião realizada com o Agrupamento de Escolas Artur Gonçalves, o pessoal não docente e as necessidades que todos os centros escolares e escolas têm presentes. Referiu também as diligências, efetuadas pelo executivo, para a entrada de novos funcionários.

**A Sra. Vereadora Maria de Leão** pediu esclarecimentos sobre as ações tomadas em relação ao assunto exposto pela munícipe, Esmeralda Reis, na reunião de dia 02.12.2025.

O **Sr. Presidente** informou que houve iniciativa relativamente ao assunto da munícipe Esmeralda Reis, estando inteirado do mesmo, referindo que, infelizmente, não é caso único no concelho, mas que está atento a essa situação e a outras, estando previstas algumas intervenções em vários locais do concelho, tendo em conta as prioridades. -----

#### PERÍODO DA ORDEM DO DIA

##### 1. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DAS ATAS DAS REUNIÕES ANTERIORES

Foram submetidas a apreciação e aprovadas, por unanimidade (sete votos), a ata n.º 25/2025 de 02 de dezembro de 2025 e a ata nº 26/2025 de 22 de dezembro de 2025. -----

##### 2. PROPOSTA DE DESIGNAÇÃO DE ENCARREGADO DE PROTEÇÃO DE DADOS

O Sr. Presidente apresentou a seguinte proposta de designação de Encarregado de Proteção de Dados:

*“Considerando que o Regulamento (EU) nº 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados (Regulamento Geral de Proteção de Dados - RGPD) prevê, no seu artigo 37º, que a entidade responsável pelo tratamento de dados pessoais designe um encarregado de proteção de dados, sempre que, designadamente, o tratamento seja efetuado por uma autoridade ou organismo público;*

*Considerando que a Lei nº 58/2019, de 8 de agosto, relativa à Lei de Proteção de Dados Pessoais, que assegura a execução, na ordem jurídica interna, do Regulamento (EU) nº 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 (RGPD) prevê, no seu artigo 12º, nº 1 e nº 2, alínea c), a obrigatoriedade de designação de encarregados de proteção de dados nas autarquias locais;*

*Considerando que, de acordo com a alínea c) do nº 3, do artigo 12º, da Lei supramencionada, independentemente de quem seja o responsável pelo tratamento de dados, existe pelo menos*

um encarregado de proteção de dados por cada município, designado pela Câmara Municipal, com faculdade de delegação e subdelegação em qualquer vereador;

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere designar como **Encarregado de Proteção de Dados (EPD) do Município de Torres Novas**, Irina de Fátima Henriques Lopes Pinto, por deter as qualidades profissionais e as aptidões necessárias ao desempenho das inerentes funções, com efeitos a partir de 6 de janeiro de 2026.”.

Após análise, a Câmara deliberou, por unanimidade (sete votos), aprovar a proposta apresentada.

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos. -----

### **3. PROPOSTA DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS - DECLARAÇÃO COMPATIBILIDADE SIR**

O Sr. Presidente apresentou uma proposta de delegação de competências, que se transcreve:

*“Considerando que à Câmara Municipal compete, nos termos do art.º 18.º do D.L. n.º 169/2012 de 01/08, na sua atual redação (Sistema da Indústria Responsável) declarar compatível com uso industrial o alvará de autorização de utilização / resposta à comunicação para utilização, proponho que, ao abrigo do n.º 1 do art.º 34.º e n.º 2 do art.º 36.º ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12/09 na versão atual (Regime Jurídico das Autarquias Locais) conjugados com os n.ºs 1 e 4 do art.º 44.º, e, n.º 1 do art.º 46.º do D.L. n.º 04/2015 de 07/01 (Código do Procedimento Administrativo) a Câmara Municipal delegue no Presidente da Câmara, com faculdade de subdelegação, a competência abaixo discriminada:*

*- Emitir declaração de compatibilidade com uso industrial o alvará de autorização de utilização / resposta à comunicação para utilização, no cumprimento do disposto nos n.ºs 3 e 4 do art.º 18.º do D.L. n.º 169/2012 de 01/08, na sua atual redação.”*

Após análise, a Câmara deliberou, por unanimidade (sete votos), aprovar a proposta referida.

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos. -----

### **4. PROPOSTA DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS - ASCENSORES**

O Sr. Presidente apresentou uma proposta de delegação de competências no âmbito da manutenção e inspeção de ascensores, que se transcreve:

*“Considerando que à Câmara cabe o exercício das competências previstas no D.L. n.º 320/2002 de 28/12 - Regime de Manutenção e Inspeção de Ascensores, Monta-Cargas, Escadas Mecânicas e Tapetes Rolantes, proponho que, ao abrigo do n.º 1 do art.º 34.º e n.º 2 do art.º 36.º ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12/09 na versão atual (Regime Jurídico das Autarquias Locais) conjugados com os n.ºs 1 e 4 do art.º 44.º, e, n.º 1 do art.º 46.º do D.L. n.º 04/2015 de 07/01 (Código do Procedimento Administrativo) a Câmara Municipal delegue no Presidente da Câmara, com faculdade de subdelegação, as competências abaixo discriminadas, considerando ratificados todos os atos praticados até esta data:*

- Competências previstas no n.º 1 e n.º 3 do art.º 7.º, no n.º 6 do art.º 8.º, no n.º 4 do art.º 9.º, nos n.ºs 1 e 4 do art.º 11.º, n.º 5 do art.º 22.º, e, ponto 2.2 do Anexo V do D.L. n.º 320/2002 de 28/12.”.

Após análise, a Câmara deliberou, por unanimidade (sete votos), aprovar a proposta apresentada.

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos. -----

**5. CONFRARIA DAS COUVES COM FEIJÕES DE CARVALHAL DA AROEIRA - PEDIDO DE UTILIZAÇÃO DA ALCAIDARIA E ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXA PARA A VII TERTÚLIA LITERÁRIA DO CASTELO**

Foi presente um pedido da Confraria das Couves com Feijões de Carvalhal da Aroeira, de cedência gratuita da Alcaidaria do Castelo com vista à realização de uma Tertúlia Literária, em 24 de janeiro de 2026, acompanhado da informação nº I/10394/2025 (Anexo 01).

A Câmara deliberou, por unanimidade (sete votos), propor à Assembleia Municipal a isenção de taxas requerida, atenta a informação dos Serviços.

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos. -----

**6. CONSTITUIÇÃO DE FUNDOS DE MANEIO DE 2026**

Acerca deste assunto, foi emitida a informação n.º I/72017/2025 (Anexo 02).

A Câmara deliberou, por unanimidade (sete votos), aprovar a constituição de fundos de maneio para o ano de 2026, em conformidade com a informação dos Serviços.

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos. -----

**7. CONSTITUIÇÃO DE FUNDOS FIXOS DE CAIXA DE 2026 - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO**

Foi presente para eventual ratificação, um despacho do Sr. Presidente, datado de 30/12/2025, que aprovou a constituição dos Fundos Fixos de Caixa para o ano de 2026, de acordo com a informação nº I/72378/2025.

A Câmara deliberou, por unanimidade (sete votos), ratificar o despacho suprarreferido.

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos. -----

**8. AGRUPAMENTO DE ESCOLAS ARTUR GONÇALVES: CEDÊNCIA GRATUITA DO TEATRO VIRGÍNIA**

Foi presente um pedido do Agrupamento de Escolas Artur Gonçalves, de cedência gratuita do Teatro Virgínia para a realização de duas atividades, nomeadamente as apresentações do

Projeto Panos e do Projeto Final dos Alunos do Ensino Artístico Integrado de Teatro, acompanhado da informação n.º I/71777/2025 (Anexo 03).

A Câmara deliberou, por unanimidade (sete votos), deferir o pedido apresentado, de acordo com a informação dos Serviços.

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos. -----

#### **9. FEIRA ANUAL DE SÃO GREGÓRIO 2026 - PROPOSTA DE NORMAS DE FUNCIONAMENTO**

Foi presente uma proposta de normas de funcionamento da Feira Anual de São Gregório 2026, a realizar de 20 de março a 05 de abril de 2026, no terreno contíguo ao Viaduto de Rio Frio, acompanhada da informação nº I/632/2026 (Anexo 04).

Após análise, a Câmara deliberou, por unanimidade (sete votos), aprovar a proposta de normas apresentada, conforme a informação dos Serviços.

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos. -----

#### **10. TORRES NOVAS TOASTMASTERS - PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS DE UTILIZAÇÃO DA BLACK BOX DA CENTRAL DO CALDEIRÃO**

Foi presente um pedido do Torres Novas Toastmasters Club, de utilização gratuita da Black Box da Central do Caldeirão, no dia 7 de março próximo, para a realização do Concurso de Discursos da Área C4, acompanhado da informação n.º I/70768/2025 (Anexo 05).

A Câmara deliberou, por unanimidade (sete votos), deferir o pedido apresentado, conforme a informação dos Serviços.

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos. -----

#### **11. UNIÃO DESPORTIVA E RECREATIVA DA ZONA ALTA: PEDIDO DE CEDÊNCIA GRATUITA DO TEATRO VIRGÍNIA**

Foi presente um pedido da União Desportiva e Recreativa da Zona Alta, de cedência gratuita do Teatro Virgínia para a realização de um evento, no dia 22 de fevereiro de 2026 (domingo), acompanhado da informação nº I/71703/2025 (Anexo 06).

A Câmara deliberou, por unanimidade (sete votos), deferir o pedido apresentado, de acordo com o proposto na informação dos Serviços.

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos. -----

#### **12. EMPREITADA - “BENEFICIAÇÃO DA REDE VIÁRIA MUNICIPAL” - PRORROGAÇÃO LEGAL DO PRAZO**

Acerca do assunto suprarreferido, foi presente a informação n.º I/72277/2025 (Anexo 07).

Após discussão, a Câmara deliberou, por unanimidade (sete votos), aprovar a prorrogação legal do prazo, de 120 dias, no âmbito da empreitada da obra de “Beneficiação da Rede Viária Municipal”, conforme exposto na informação dos Serviços.

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos. -----

**13. EMPREITADA - C.E. DE STA. MARIA - REMODELAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA  
EB1 FASE 2 - APROVAÇÃO DA 4.ª PRORROGAÇÃO DA DATA DA CONSIGNAÇÃO E DA NOVA  
IMPLANTAÇÃO DOS CONTENTORES PROVISÓRIOS**

Acerca deste assunto, foi presente a informação nº I/515/2026 (Anexo 08).

A Câmara deliberou, por unanimidade (sete votos), aprovar a prorrogação da data de consignação da empreitada da obra de “Remodelação e Ampliação da Escola Básica EB1 Fase 2” e da nova implantação de contentores provisórios, por um período de 46 dias, de acordo com o proposto na informação dos Serviços.

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos. -----

**14. PEDIDO DE CANCELAMENTO DE CONCESSÃO DO MERCADO GROSSISTA NÃO ALIMENTAR  
- GANGA AZUL - COMÉRCIO DE CONFECÇÕES, LDA.**

Relativamente ao assunto suprarreferido, foi emitida a informação n.º I/381/2026 (Anexo 09). A Câmara deliberou, por unanimidade (sete votos), deferir o pedido apresentado, atento o exposto na informação dos Serviços.

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos. -----

**15. PEDIDO DE CANCELAMENTO DE CONCESSÃO DO MERCADO RETALHISTA NÃO ALIMENTAR  
- MARIA NATÁLIA PEREIRA REIS**

Acerca do assunto em epígrafe, foi emitida a informação nº I/385/2026 (Anexo 10).

A Câmara deliberou, por unanimidade (sete votos), deferir o pedido apresentado, de acordo com o proposto na informação dos Serviços.

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos. -----

**16. PEDIDO DE CANCELAMENTO DE CONCESSÃO DO MERCADO RETALHISTA ALIMENTAR  
- FERNANDO ÁLVARO RODRIGUES MOLEIRO**

Acerca do assunto supra, foi presente a informação n.º I/378/2026 (Anexo 11).

A Câmara deliberou, por unanimidade (sete votos), deferir o pedido apresentado, de acordo com a informação dos Serviços.

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos. -----

**17. JOÃO CARLOS ASSUNCÃO FREITAS SANTOS - CONCESSÃO DE LICENCA ESPECIAL PARA A  
CONCLUSÃO DE OBRA**

Acerca do referido assunto, foi presente o despacho n.º 72263/2025 (Anexo 12).

Após análise, a Câmara deliberou, por unanimidade (sete votos), aprovar a concessão da requerida licença especial para conclusão da obra pelo prazo de seis meses, atento o exposto nas informações n.º 65356/2025 e n.º 65304/2025.

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos. -----

**ENCERRAMENTO**

O Sr. Presidente, José Manuel Paulo Trincão Marques, declarou encerrada a reunião pelas dezasseis horas e quinze minutos, da qual para constar se lavrou a presente ata que que, após aprovação, será assinada pelo Sr. Presidente e pela Assistente Técnica Joana Simião, exercendo as funções de Secretária. -----

O Presidente da Câmara

---

A Secretária

---